



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Proposta de Lei n.º 68/XV/1.^a

Exposição de motivos

A Lei de Infraestruturas Militares (LIM) estabelece a programação do investimento na edificação da componente fixa do sistema de forças, com vista à satisfação das necessidades de conservação, manutenção, segurança e modernização das infraestruturas das Forças Armadas, através da aplicação de receitas próprias obtidas mediante a rentabilização do património do Estado afeto à defesa nacional que não tem funções operacionais. A LIM estabelece, ainda, disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos nas medidas e projetos nela previstos.

A presente proposta de lei procede à substituição da Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro, que, conforme estipulado no respetivo artigo 21.º, deve produzir os seus efeitos em 2023.

As infraestruturas afetas às Forças Armadas necessitam de intervenções, quer no edificado, quer nos equipamentos que lhes estão afetos, para adequar a componente fixa do sistema de forças às necessidades sentidas. Pretende-se, com esta alteração, contribuir para uma execução mais otimizada que possibilite um aumento do investimento. A presente proposta possibilita o aumento de valor dos imóveis não utilizados antes da sua rentabilização para maximizar a receita a obter. Introduzem-se, também, mecanismos que procuram agilizar e tornar mais previsível a receita a obter, nomeadamente, através da homologação tácita de avaliações e de um mecanismo de regularização de ocupações não tituladas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Salienta-se, ainda, a crescente função social que a LIM tem servido e que continuará a servir, sempre que os interlocutores na rentabilização dos imóveis afetos à defesa nacional, sejam, também eles, entidades públicas, ou privadas que prossigam utilidades públicas, destacando-se o recente contributo para os programas de habitação acessível.

Do ponto de vista financeiro, a LIM apresenta uma previsão de incremento do investimento, nos próximos quatro anos de 5 %, na qual se realça a previsão de investimento na melhoria das instalações militares, com os objetivos de adaptação ao contexto securitário internacional, e visando, também, a redução da pegada ambiental e de aumento da eficiência energética, bem como a melhoria das condições de habitabilidade e de trabalho das unidades, estabelecimentos e órgãos, tudo isto permitindo beneficiar não só a eficácia da operação das Forças Armadas, como também, no que respeita ao recrutamento, a sua atratividade.

É assim dado cumprimento ao disposto no Programa do XXIII Governo Constitucional, quanto à continuação da valorização, dignificação e rentabilização do património da defesa nacional, executando a LIM.

Foram ouvidos o Conselho Superior de Defesa Nacional, o Conselho Superior Militar e o Conselho de Chefes de Estado-Maior.

Assim:

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

CAPÍTULO I

Programação e execução



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

- 1 - A presente lei estabelece a programação do investimento com vista à conservação, manutenção, segurança, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças e estabelece as disposições sobre a gestão e valorização dos bens imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos nas medidas e projetos nela previstos.
- 2 - Os imóveis a valorizar e a rentabilizar no âmbito da presente lei, em respeito pelas orientações estratégicas relativas à gestão integrada do património imobiliário público, são objeto de despacho do Primeiro-Ministro, ouvidos os membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da gestão do património imobiliário público.
- 3 - Na parte em que excedam o montante anual de dotação de despesa previsto no anexo à presente lei e da qual faz parte integrante, as receitas de rentabilização de imóveis podem ser afetas à execução da Lei de Programação Militar (LPM), nos termos nela previstos.

SECÇÃO II

Execução e acompanhamento

Artigo 2.º



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Competências para a execução

- 1 - Compete ao Governo, sob a direção e a supervisão do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, promover a execução da presente lei.
- 2 - A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) é a entidade que, no âmbito da presente lei, centraliza a documentação e assume no Ministério da Defesa Nacional a condução dos procedimentos com vista à regularização do património afeto à defesa nacional atribuído ao Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e aos ramos das Forças Armadas, para o qual é interlocutor único da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), recebendo desta as credenciais para regularização patrimonial, e praticando os demais atos previstos no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual.
- 3 - A DGRDN articula com o EMGFA, a quem cabe a harmonização e coordenação da proposta das Forças Armadas, o planeamento dos investimentos prioritários na defesa nacional para edificação das suas medidas e projetos militares.

Artigo 3.º

Mapa plurianual das medidas

- 1 - A programação para os próximos três quadriénios das medidas e respetivas dotações globais relativas a projetos de infraestruturas por componente fixa são as que constam do anexo à presente lei.
- 2 - As dotações a que se refere o anexo à presente lei estão excluídas de cativações orçamentais.
- 3 - É da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional a criação de novas medidas que não alterem o valor global do anexo à presente lei ou que sejam financiadas através de receita adicional à nele prevista, bem como o cancelamento



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

das existentes ou modificação da distribuição das dotações entre medidas.

Artigo 4.º

Lista anual de projetos a executar

- 1 - Até ao final do mês de outubro de cada ano, o EMGFA envia à DGRDN a lista de projetos previstos, a financiar pela presente lei no ano orçamental seguinte, devendo respeitar o disposto nos números seguintes.
- 2 - A lista de projetos deve ser acompanhada pelas respetivas fichas de projeto, contendo o âmbito da intervenção, a programação financeira do projeto e uma descrição sumária do investimento ao nível da conservação, manutenção, segurança, modernização e edificação de infraestruturas.
- 3 - As fichas de projeto devem ainda contemplar, no aplicável, aspetos relativos à melhoria das condições de habitabilidade e de trabalho nas unidades, estabelecimentos e órgãos, incluindo, sempre que possível, uma previsão do aumento da eficiência energética e do contributo para a sustentabilidade ambiental da componente fixa do sistema de forças.
- 4 - A disponibilização da verba referente aos projetos mencionados no número anterior não prejudica a possibilidade de apresentação de candidaturas a fontes de financiamento externo.
- 5 - Incumbe à DGRDN a verificação das fichas de projeto e o acompanhamento da execução dos projetos financiados.

Artigo 5.º

Acompanhamento da execução



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Compete à DGRDN assegurar o acompanhamento da execução da Lei de Infraestruturas Militares, através de um sistema de informação que mantenha atualizado o inventário de todos os bens imóveis afetos à defesa nacional e de um mecanismo de acompanhamento da execução orçamental, financeira e operacional da presente lei, ao nível da receita e da despesa.

Artigo 6.º

Acompanhamento pela Assembleia da República

O Governo submete à Assembleia da República, até ao fim do mês de março do ano seguinte àquele a que diga respeito, um relatório do qual conste a pormenorização das dotações respeitantes a cada medida, dos contratos efetuados no ano anterior e das responsabilidades futuras deles resultantes, do grau de execução das medidas, bem como toda a informação necessária ao controlo da execução da presente lei.

SECÇÃO III

Gestão dos imóveis afetos à defesa nacional

Artigo 7.º

Regime de gestão

Os imóveis integrados no despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º são submetidos ao regime previsto na presente lei e subsidiariamente ao regime de gestão previsto no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 8.º

Desafetação do domínio público

- 1 - Quando os bens imóveis disponibilizados para valorização e rentabilização estejam integrados no domínio público militar, compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, por despacho, proceder à desafetação do domínio público militar, quando tal se justifique.
- 2 - As infraestruturas desafetadas do domínio público militar, quando não estejam sujeitas a outros regimes de dominialidade, passam a integrar o domínio privado do Estado, sendo a sua gestão efetuada nos termos previstos na presente lei e no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual, permanecendo afetas ao Ministério da Defesa Nacional até à sua rentabilização.
- 3 - Quando os bens imóveis do domínio público militar estejam sujeitos a outros regimes de dominialidade, após a desafetação do domínio público militar, mantêm-se no domínio público do Estado.
- 4 - A cessação da dominialidade pública militar sobre os imóveis referidos nos números anteriores faz caducar as respetivas condicionantes de servidão militar.
- 5 - Quando os bens imóveis estejam sujeitos a outros regimes de dominialidade, a respetiva desafetação é efetuada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da defesa nacional e outros competentes em função da matéria.

Artigo 9.º

Administração transitória



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 1 - Enquanto não estiverem concluídos os processos de desafetação do domínio público militar ou de rentabilização dos imóveis, a DGRDN é a entidade que, no âmbito da presente lei, assume a sua administração, segurança, conservação, manutenção e regularização, suportando os respectivos custos
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, devem ser previstos os montantes necessários para a administração, segurança, conservação, manutenção e regularização.
- 3 - A DGRDN pode, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, celebrar protocolos ou acordos de utilização temporária sobre os imóveis, até à conclusão do processo de rentabilização para cumprimento das suas obrigações de administração.
- 4 - Os protocolos ou acordos de utilização temporária previstos no número anterior são celebrados por período não superior a um ano, prorrogável por iguais períodos, devendo estabelecer regras claras que garantam o equilíbrio do disposto no clausulado e a identificação dos responsáveis pela boa e tempestiva execução, segurança, conservação, manutenção e recuperação dos imóveis até ao seu termo.

Artigo 10.º

Valorização de imóveis a rentabilizar

- 1 - Com vista ao aumento de valor dos imóveis a rentabilizar, pode a DGRDN promover a edificação de benfeitorias.
- 2 - A DGRDN pode também realizar operações jurídicas atinentes aos imóveis, designadamente, a promoção do registo ou da inscrição matricial.
- 3 - Mediante a autorização do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, a DGRDN pode outorgar instrumentos jurídicos que promovam o aumento



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

de valor dos imóveis a rentabilizar, nomeadamente, relativos a outras operações de conservação e de escassa relevância urbanística.

Artigo 11.º

Operações de rentabilização

- 1 - As operações de rentabilização dos imóveis financiam a satisfação das necessidades decorrentes das medidas que constam do anexo à presente lei.
- 2 - A instrução dos processos relativos às operações de rentabilização dos imóveis é da iniciativa da DGRDN e efetuada nos termos da lei e segundo as atribuições e competências legalmente definidas.
- 3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a decisão sobre operações concretas e modelos de rentabilização é sempre objeto de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.
- 4 - Os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional podem autorizar a celebração de acordos que entendam necessários à boa execução da presente lei.
- 5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 2, as operações de rentabilização dos imóveis devem observar os princípios e disposições orçamentais em matéria de redefinição do uso dos solos, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente quanto à avaliação dos imóveis.
- 6 - As avaliações dos imóveis a ser objeto de rentabilização, devem respeitar os critérios e normas técnicas, conforme previsto na Portaria n.º 96/2015, de 16 de fevereiro, devendo os relatórios cumprir o estipulado na legislação aplicável, e homologadas pela DGTF.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 7 - Caso a DGTF não se pronuncie no prazo de 30 dias úteis após o envio dos relatórios de avaliação, consideram-se tacitamente homologados os valores constantes dos mesmos.

Artigo 12.º

Modalidades de rentabilização

A rentabilização dos imóveis afetos à defesa nacional abrangidos pela presente lei faz-se, sem prejuízo de quaisquer outros instrumentos jurídicos adequados aos fins a prosseguir, mediante as seguintes formas:

- a) Alienação;
- b) Arrendamento;
- c) Constituição de direitos reais menores;
- d) Usos privativos do domínio público;
- e) Permuta;
- f) Parcerias com promotores imobiliários;
- g) Afetação dos ativos imobiliários a organismos de investimento coletivo;
- h) Parcerias com outras entidades do setor público administrativo ou empresarial, no quadro da execução da política nacional de gestão patrimonial e da gestão integrada do património imobiliário público, assim como com fundações e associações.

Artigo 13.º

Usos privativos de bens imóveis do domínio público afeto à defesa nacional



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 1 - A atribuição de usos privativos dos bens imóveis do domínio público afetos à defesa nacional, que se encontrem desafetados do domínio público militar, constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º, é precedida de procedimento que respeite os princípios gerais da atividade administrativa, garanta o respeito da concorrência e maximize as vantagens para o Estado.
- 2 - Do ato ou contrato de atribuição de usos privativos, consta obrigatoriamente o prazo, a contrapartida preço, as condições técnicas e jurídicas da execução da licença ou concessão, o regime sancionatório, incluindo os pressupostos do resgate e do sequestro da concessão, quando aplicável, a salvaguarda da utilização do prédio e os termos da autorização prévia para a transmissão do direito de utilização.

Artigo 14.º

Usos privativos do espaço aéreo e subsolo

- 1 - Podem ser objeto de atribuição de usos privativos, nos termos previstos no artigo anterior, o espaço aéreo e o subsolo correspondentes aos bens imóveis do domínio público militar, tendo em atenção a altura e/ou profundidade, que não ponham em causa a afetação militar daqueles e a segurança de pessoas e bens.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a atribuição de usos privativos prevista no presente artigo depende de autorização do Chefe do Estado-Maior da entidade à qual esteja atribuído o bem do domínio público militar em questão e carece da aprovação prévia do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

Artigo 15.º

Relações com autarquias



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 1 - Na valorização e rentabilização do património do Estado afeto à defesa nacional, a DGRDN articula o regular e permanente acompanhamento de todo o processo com a DGTF e a autarquia onde se situa o imóvel.
- 2 - Com exceção dos usos privativos, da permuta e da afetação a organismos de investimento coletivo, os municípios gozam, nos termos da lei, de direito de preferência em todas as modalidades de rentabilização previstas no artigo 12.º, relativamente aos imóveis sítos no respetivo concelho, sendo o referido direito exercido pelo preço, prazo e demais condições resultantes do processo de rentabilização.

Artigo 16.º

Regularização de utilizações não tituladas de imóveis

A DGRDN, com vista à regularização de utilizações não tituladas, notifica o utilizador não titulado, no prazo transitório de até um ano, consoante o tipo e a circunstância de utilização não titulada, do início do procedimento de regularização legalmente aplicável.

Artigo 17.º

Isenção de emolumentos

Os atos emitidos ou contratos celebrados em execução da presente lei estão isentos de emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, no âmbito de fiscalização prévia.

SECÇÃO IV

Disposições orçamentais

Artigo 18.º

Custo das medidas

O custo das medidas evidenciadas no anexo à presente lei é expresso a preços constantes, por referência ao ano da publicação da mesma

Artigo 19.º

Princípios orçamentais



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 1 - Os saldos verificados em cada medida, no fim de cada ano económico, transitam para o orçamento do ano seguinte para reforço das dotações das medidas e projetos que lhe deram origem, até à sua completa execução, através da abertura de créditos especiais autorizada pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.
- 2 - No caso previsto no número anterior, fica autorizada a aplicação em despesa dos saldos transitados.
- 3 - Mediante proposta do EMGFA, em articulação com os ramos das Forças Armadas, compete ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, por despacho, determinar a repartição das receitas afetas à execução da presente lei pelas medidas a que se refere o artigo 3.º.

Artigo 20.º

Relação com o Orçamento do Estado

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 44.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, a lei que aprova o Orçamento do Estado prevê a estimativa da receita a realizar e as correspondentes despesas previstas na presente lei.

Artigo 21.º

Receitas

- 1 - As receitas geradas, direta ou indiretamente, pela rentabilização de infraestruturas abrangidas pela presente lei revertem:
 - a) 90 % para a execução da presente lei;
 - b) 5 % para a DGRDN;
 - c) 5 % para a DGTF.
- 2 - As verbas provenientes da rentabilização dos imóveis no âmbito da presente lei devem ser transferidas para a DGRDN no prazo máximo de 60 dias.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 22.º

Financiamento

- 1 - As despesas decorrentes da execução da presente lei são financiadas pelo conjunto das receitas geradas, direta ou indiretamente com a rentabilização do património nos termos nela previstos, sem prejuízo do recurso e atribuição de outras formas de financiamento decorrentes da participação de Portugal em organizações internacionais.
- 2 - O encargo anual relativo a cada uma das medidas pode ser excedido mediante a aprovação do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.
- 3 - Mediante a realização de receitas extraordinárias, pode ser excedido o total dos encargos orçamentais anuais inicialmente previstos.
- 4 - As operações de valorização previstas no artigo 10.º são realizadas com o valor resultante da aplicação do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 23.º

Alterações orçamentais

São da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional:

- a) As alterações orçamentais entre capítulos;
- b) As transferências de dotações entre as diversas medidas e projetos;
- c) As transferências de dotações provenientes de medidas existentes para novas medidas;
- d) A abertura de créditos especiais prevista no n.º 1 do artigo 19.º.

Artigo 24.º

Compromissos plurianuais



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

No âmbito de cada uma das medidas constantes do anexo à presente lei, podem ser assumidos compromissos, nos termos legalmente previstos, dos quais resultem encargos plurianuais com vista à sua plena realização, desde que os respetivos montantes não excedam, em cada um dos anos económicos seguintes, os valores e prazos estabelecidos na presente lei.

CAPÍTULO II

Vigência e revisão da presente lei

Artigo 25.º

Período de vigência

A presente lei baseia-se num planeamento para um período de três quadriênios, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado que excedam aquele período.

Artigo 26.º

Revisão

A revisão da presente lei deve ocorrer no ano de 2026, produzindo os seus efeitos em 2027.

Artigo 27.º

Preparação e apresentação da proposta de lei de revisão

- 1 - As medidas a considerar na revisão da presente lei contêm a calendarização da respetiva execução, bem como a descrição e justificação adequadas.
- 2 - Em cada medida podem ser inscritas verbas para despesas inerentes à manutenção, beneficiação e segurança das infraestruturas.
- 3 - Na apresentação dos projetos são indicadas as previsões de acréscimo ou diminuição das dotações anuais de funcionamento normal, decorrentes da execução das medidas e com efeitos nos respetivos orçamentos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 4 - O Governo apresenta à Assembleia da República, juntamente com a proposta de lei de revisão, o plano de financiamento das medidas.

Artigo 28.º

Competências no procedimento da revisão

- 1 - Compete ao Governo, através do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, orientar a elaboração do projeto da proposta de lei de revisão da lei das infraestruturas militares, em articulação com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e com os Chefes de Estado-Maior dos ramos.
- 2 - Compete ao Conselho Superior Militar, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, aprovar o projeto de proposta de lei de revisão.
- 3 - Compete ao Governo, em Conselho de Ministros, ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional, aprovar a proposta de lei de revisão.
- 4 - Compete à Assembleia da República aprovar a lei de revisão.

CAPÍTULO III

Disposições transitórias e finais

Artigo 29.º

Registo predial

- 1 - Ficam isentos do pagamento de emolumentos devidos pelo registo predial os imóveis constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º.
- 2 - Ficam, ainda, isentos do pagamento de emolumentos devidos pelo registo predial os imóveis disponibilizados pelo EMGFA e Ramos das Forças Armadas, para valorização e rentabilização, constantes de credencial emitida pela DGRDN, sobre os quais ainda



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

não tenha recaído o despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º, desde que o referido despacho seja apresentado aos serviços de registo no prazo de 180 dias.

- 3 - Constitui documento bastante de prova da titularidade do Estado, para efeitos de registo de inscrição predial, o despacho de desafetação a que se refere o n.º 1 do artigo 9.º.

Artigo 30.º

Regime subsidiário

Ao disposto na presente lei, aplicam-se subsidiariamente, salvo disposição em contrário:

- a) Em matéria orçamental, as regras orçamentais dos programas plurianuais;
- b) Em matéria de gestão de infraestruturas;
- c) O Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual.

Artigo 31.º

Norma transitória

- 1 - Os saldos apurados na execução da Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro, transitam para o orçamento de 2023, para reforço das dotações das mesmas medidas e projetos no âmbito da presente lei, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.
- 2 - O Despacho n.º 8114/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 176, de 13 de setembro, mantém-se em vigor enquanto não for aprovado o despacho mencionado no n.º 2 do artigo 1.º.
- 3 - Os projetos plurianuais em execução no âmbito da Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro, transitam para as mesmas medidas da presente lei à data da sua entrada em vigor, até à sua completa execução.

Artigo 32.º

Alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O artigo 19.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, alterada pelas Leis n.ºs 78/2013, de 21 de novembro, 34/2014, de 19 de junho, e 31/2016, de 23 de agosto, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 19.º

[...]

Mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pela área governativa das finanças e pela área governativa a que o imóvel está afeto e pelos membros do Governo responsáveis pela execução da presente lei, pode ser desafetada do domínio público qualquer parcela do leito ou da margem que deva deixar de ser afeto exclusivamente ao interesse público do uso das águas que serve, passando a mesma, por esse facto, a integrar o património do ente público a que estava afeto.»

Artigo 33.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto

O artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, e pelas Leis n.ºs 83-C/2013, de 31 de dezembro, e 82-B/2014, de 31 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 17.º

[...]

1 - [Anterior corpo do artigo].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

2 - A desafetação do domínio público é declarada por despacho do membro do Governo responsável pelo património imobiliário público e, quando se trate de um domínio público específico, por despacho do referido membro do Governo e dos membros do Governo responsáveis pela gestão do domínio público em questão.»

Artigo 34.º

Norma final

O disposto na presente lei não prejudica a execução de projetos de infraestruturas constantes da LPM ou de outro qualquer programa de financiamento, designadamente daqueles cujo financiamento em matéria de infraestruturas militares esteja relacionado com a participação de Portugal em organizações internacionais.

Artigo 35.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) A Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro;
- b) O Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro;
- c) O Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho, na sua redação atual.

Artigo 36.º



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de março de 2023

O Primeiro-Ministro

A Ministra da Defesa Nacional

A Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Proposta de Lei n.º

ANEXO

(a que se referem o n.º 1 do artigo 3.º, os n.ºs 1,2 e 3 do artigo 3.º, o n.º 1 do artigo 11.º e os artigos 18.º e 24.º)

Medidas relativas a projetos de infraestruturas militares

Primeiro Quadriénio 2023 a 2026				Total 1.º Q	Segundo Quadriénio 2027 a 2030				Total 2.º Q	Terceiro Quadriénio 2031 a 2034				Total 3.º Q	Total dos três Quadriénios
2023	2024	2025	2026		2027	2028	2029	2030		2031	2032	2033	2034		



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Proposta de Lei n.º

TOTAL de Projetos de Infraestruturas	27 915 131,65 €	23 965 176,50 €	21 910 250,00 €	23 032 035,00 €	96 822 593,15 €	23 820 000,00 €	18 850 000,00 €	24 825 000,00 €	20 505 000,00 €	88 000 000,00 €	21 059 000,00 €	18 978 000,00 €	21 797 000,00 €	26 166 000,00 €	88 000 000,00 €	272 822 593,15 €
Capítulo/Medida																
Medida 1 - Componente fixa do MDN	581 811,50 €	449 073,50 €	1 078 750,00 €	1 413 384,00 €	3 523 019,00 €	581 811,50 €	449 073,50 €	1 078 750,00 €	1 413 384,00 €	3 523 019,00 €	581 811,50 €	449 073,50 €	1 078 750,00 €	1 413 384,00 €	3 523 019,00 €	10 569 057,00 €
Medida 2 - Componente Fixa do EMGFA	3 106 750,00 €	3 121 750,00 €	3 213 000,00 €	3 256 419,00 €	12 697 919,00 €	2 581 811,50 €	2 449 073,50 €	3 078 750,00 €	3 413 384,00 €	11 523 019,00 €	2 581 811,50 €	2 449 073,50 €	3 078 750,00 €	3 413 384,00 €	11 523 019,00 €	35 743 957,00 €
Medida 3 - Componente Fixa da Marinha	7 344 500,00 €	5 824 000,00 €	6 156 000,00 €	5 541 486,00 €	24 865 986,00 €	7 294 500,00 €	4 924 000,00 €	6 156 000,00 €	5 541 486,00 €	23 915 986,00 €	7 294 500,00 €	4 924 000,00 €	6 156 000,00 €	5 541 486,00 €	23 915 986,00 €	72 697 958,00 €
Medida 4 -	12 766	10 947	6 876	7 219	37 808	9 930	7 605	9 925	4 535	31 995	7 169	7 733	6 897	10 196	31 995	101 798



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Proposta de Lei n.º

Componente Fixa do Exército	193,15 €	500,00 €	000,00 €	000,00 €	693,15 €	000,00 €	000,00 €	000,00 €	000,00 €	000,00 €	000,00 €	000,00 €	000,00 €	000,00 €	000,00 €	693,15 €
Medida 5 - Componente Fixa da Força Aérea	4 115 877,00 €	3 622 853,00 €	4 586 500,00 €	5 601 746,00 €	17 926 976,00 €	3 431 877,00 €	3 422 853,00 €	4 586 500,00 €	5 601 746,00 €	17 042 976,00 €	3 431 877,00 €	3 422 853,00 €	4 586 500,00 €	5 601 746,00 €	17 042 976,00 €	52 012 928,00 €



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Proposta de Lei n.º